

**MUTOLA: ALÉM DE UNGIDA, DECOLONIAL
E FEMINISTA NEGRA**

Gabriel Alves da Silva (UNISC)

gabriel12@mx2.unisc.br

Rafael Aranha de Sousa (UNISC)

rafael10@mx2.unisc.br

Mariana Pereira Gomes da Silva (UNISC)

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura crítica do conto “Mutola, a ungida”, de Paulina Chiziane, articulando aportes do feminismo negro e da crítica decolonial como ferramentas de análise literária. Parte-se do pressuposto de que a narrativa de Chiziane encena, no plano estético, formas de resistência ao pensamento colonial, patriarcal e eurocêntrico, sobretudo por meio da construção simbólica da personagem Mutola. Conceitos como Escrivência e lugar de fala fundamentam a leitura, permitindo compreender como a literatura moçambicana de autoria feminina negra problematiza representações hegemônicas do corpo, do gênero e da subjetividade. Conclui-se que “Mutola, a ungida” materializa literariamente uma crítica às estruturas coloniais de poder, ao inscrever o corpo feminino negro como espaço de ação, memória e transformação social.

Palavras-chave:

Decolonial. Feminismo negro. Paulina Chiziane.

ABSTRACT

This article proposes a critical reading of Paulina Chiziane’s short story “Mutola, a ungida”, articulating contributions from Black feminism and decolonial criticism as tools for literary analysis. It starts with the assumption that Chiziane’s narrative stages, on an aesthetic level, forms resistance to colonial, patriarchal, and Eurocentric thinking, especially through the symbolic construction of the character Mutola. Concepts such as Escrivência (writing as survival) and lugar de fala (place of speech) underpin the reading, allowing us to understand how Mozambican literature written by black women problematizes hegemonic representations of the body, gender, and subjectivity. It is concluded that “Mutola, a ungida” literarily materializes a critique of colonial power structures by inscribing the black female body as a space for action, memory, and social transformation.

Keywords:

Decolonial. Black Feminism. Paulina Chiziane.

1. Introdução

Nas últimas décadas, os estudos literários têm sido atravessados por revisões teóricas que questionam os limites do cânone e das metodologias tradicionalmente legitimadas. A emergência de perspectivas críticas como o feminismo negro e a teoria decolonial tem deslocado o eixo interpretativo da literatura, ampliando-o para a inclusão de vozes historicamente marginalizadas. Tais abordagens tensionam a centralidade eurocêntrica e androcêntrica do campo literário, propondo novas formas de leitura e interpretação dos textos.

O feminismo negro, conforme formulado por Collins (2019), destaca as intersecções entre raça, gênero e classe como elementos indissociáveis na produção de experiências sociais e culturais. No campo literário, essa perspectiva permite evidenciar como determinadas narrativas encenam relações de poder que atravessam os corpos e as subjetividades de mulheres negras. Paralelamente, a crítica decolonial, representada por autores como Mignolo (2008), problematiza a colonialidade do saber e convoca a desobediência epistêmica como estratégia de ruptura com paradigmas impostos pela modernidade colonial.

No âmbito da literatura, tais perspectivas instigam uma reavaliação das categorias de autoria, narrador e personagem, bem como das formas de representação do corpo e da experiência. Conceitos como lugar de fala (Pelúcio, 2012) e escrevivência (Evaristo, 2020) deslocam a noção de neutralidade estética, afirmando a experiência vivida como fonte legítima de conhecimento e criação literária.

É nesse horizonte crítico que se insere a análise do conto “Mutola, a ungida”, de Paulina Chiziane. A questão que orienta este estudo consiste em compreender de que modo a narrativa constrói, por meio de procedimentos estéticos e simbólicos, uma crítica ao pensamento colonial e patriarcal, encenando a resistência da mulher negra em contextos de subalternização. A investigação fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e análise literária, buscando articular teoria e texto de forma integrada.

2. Quem estuda as mulheres racializadas negras?

A crítica feminista literária emerge como um campo teórico comprometido com a problematização das relações de poder que estruturam a produção, circulação e legitimação dos textos literários. Historicamente, essa vertente crítica voltou-se à contestação de um cânone predominantemente masculino, branco e eurocêntrico, evidenciando os mecanismos

de exclusão que relegaram as mulheres a posições marginais no campo literário. Ao questionar categorias tradicionais como autoria, universalidade e neutralidade estética, a crítica feminista contribuiu de forma decisiva para a ampliação do escopo dos estudos literários.

Entretanto, apesar de seus avanços, a crítica feminista hegemônica revelou limites significativos ao tratar as experiências das mulheres como homogêneas. Ao centrar-se majoritariamente nas vivências de mulheres brancas, de classes médias e oriundas do Norte global, essa perspectiva deixou à margem as múltiplas opressões enfrentadas por mulheres negras, indígenas e periféricas. Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer que as desigualdades de gênero não operam de forma isolada, mas articulam-se a marcadores como raça, classe e colonialidade.

É a partir dessa lacuna que se consolida o pensamento feminista negro, o qual oferece uma reorientação epistemológica à crítica feminista literária. Collins (2019) destaca que o feminismo negro parte da compreensão de que raça, gênero e classe constituem sistemas interdependentes de opressão, cujos efeitos se manifestam de maneira específica na vida e na representação das mulheres negras. Essa abordagem não apenas amplia o campo da crítica literária, mas também desafia seus pressupostos universalizantes, exigindo novas categorias de análise capazes de abarcar experiências historicamente silenciadas.

A necessidade de uma teoria feminista negra não se configura como oposição ao feminismo, mas como delimitação teórica e política. Conforme aponta Conceição Evaristo, o feminismo negro não nasce prioritariamente da abstração conceitual, mas da prática cotidiana de resistência das mulheres negras frente a um sistema patriarcal e racializado. Como se afirmam, “o feminismo das mulheres negras não nasce de uma teoria. Ele nasce de uma prática” (Jesus *et al.*, 2018, p. 4-5). Tal afirmação evidencia que a produção teórica feminista negra está profundamente enraizada nas experiências concretas de opressão e luta.

No campo literário, essa perspectiva revela como a mulher negra foi historicamente representada sob estereótipos que a reduzem a funções de servilismo doméstico ou sexual, negando-lhe complexidade subjetiva e intelectual. Trata-se de um corpo frequentemente construído como força de trabalho ou objeto de desejo, dissociado de pensamento e agência. O feminismo negro, ao reivindicar a autodeterminação das mulheres negras, propõe a ruptura com essas imagens cristalizadas, permitindo que

elas se autodefinam e se autoavaliem, conforme destacam Cunha, Silva e Mendes (2023).

Essa reconfiguração crítica implica, necessariamente, uma revisão das bases coloniais que sustentaram tais representações. Embora seja impossível romper completamente com os legados da colonização europeia, o feminismo negro articula-se a uma perspectiva de resistência que questiona os valores, narrativas e hierarquias impostos pelo colonialismo patriarcal. Nesse sentido, a crítica feminista literária, quando atravessada pelo pensamento feminista negro, passa a operar como ferramenta de enfrentamento às estruturas simbólicas que naturalizaram a inferiorização da mulher negra.

Ao integrar raça, gênero e classe como categorias analíticas indissociáveis, a crítica feminista negra possibilita uma leitura mais complexa das produções literárias de autoria feminina negra, sobretudo em contextos pós-coloniais. Essa abordagem não apenas denuncia os mecanismos de silenciamento, mas também valoriza práticas estéticas que emergem da experiência vivida.

3. A crítica decolonial literária

A crítica decolonial literária constitui um campo teórico voltado à problematização das continuidades históricas do colonialismo no âmbito da produção cultural e simbólica. Mesmo após os processos formais de independência política, as estruturas coloniais persistem na forma de hierarquias epistêmicas que definem quais saberes, narrativas e estéticas são legitimadas no campo literário. Nesse contexto, a crítica decolonial propõe uma revisão profunda das categorias tradicionais de análise, questionando a centralidade eurocêntrica que historicamente orientou os estudos literários.

Mignolo (2008) destaca o conceito de desobediência epistêmica como uma das principais estratégias de enfrentamento às imposições coloniais do conhecimento. Trata-se de um gesto que rompe com a naturalização da epistemologia ocidental como universal, abrindo espaço para modos alternativos de produção de saber que emergem de experiências historicamente subalternizadas. No campo literário, essa desobediência manifesta-se na valorização de narrativas que desafiam as formas canônicas de representação e reivindicam outras maneiras de contar a história.

A crítica decolonial, nesse sentido, desloca o foco da análise para o lugar de fala dos sujeitos colonizados, reconhecendo-os como produtores legítimos de conhecimento. Pelúcio (2012) aponta que o projeto colonial operou não apenas pela dominação territorial e econômica, mas também pela desqualificação sistemática dos saberes locais, impondo a ideia de que apenas os modelos europeus seriam capazes de gerar conhecimento válido. Ao denunciar essa lógica, a crítica decolonial evidencia que o silenciamento dos povos colonizados está diretamente relacionado à negação de suas capacidades intelectuais e criativas:

Anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes. (Pelúcio, 2012, p. 398-9)

No campo literário, essa exclusão manifesta-se na imposição de uma narrativa única sobre a história, a cultura e a identidade dos povos colonizados. A crítica decolonial volta-se, portanto, às vozes silenciadas pelo pensamento ocidental, reconhecendo na literatura um espaço privilegiado de resistência simbólica. Escritores e escritoras latino-americanos, africanos e asiáticos, ao produzirem narrativas a partir de suas próprias experiências históricas e culturais, confrontam diretamente o cânone literário europeu e suas formas de legitimação. Dessa forma, a crítica decolonial literária não se limita à denúncia das heranças coloniais, mas propõe a reconfiguração das categorias analíticas tradicionais, como autor, narrador e personagem.

4. *Estéticas emergentes: escrevivência e escrita do corpo*

O conceito de Escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo, emerge como uma categoria estética e política fundamental para a compreensão das literaturas produzidas por mulheres negras em contextos marcados pela colonialidade do poder. Trata-se de uma forma de escrita que se estrutura a partir da experiência vivida, rompendo com a tradição literária ocidental que historicamente separa autor, obra e realidade. Na Escrevivência, a vivência não é apenas temática, mas constitui a própria matéria da criação literária, deslocando os critérios hegemônicos de neutralidade e distanciamento estético.

Nesse sentido, a Escrivência dialoga diretamente com o conceito de lugar de fala ao reivindicar a legitimidade epistemológica das experiências historicamente silenciadas. Ao escrever a partir de si e de sua coletividade, a autora negra inscreve sua existência no campo literário como gesto de resistência, produzindo narrativas que confrontam as imagens estereotipadas do corpo negro feminino, frequentemente construídas sob olhares coloniais, exotizantes e sexualizados.

Em depoimentos sobre sua própria prática literária, Evaristo (2020) afirma sua decisão consciente de centrar a construção de personagens negras, recusando moldes narrativos que reduzam esses corpos a categorias fixas e desumanizantes. Tal posicionamento revela uma dimensão ética da Escrivência: escrever é também um ato de reparação simbólica, no qual o corpo negro feminino passa a ser representado em sua complexidade, dignidade e humanidade. Essa perspectiva permite compreendê-la não apenas como técnica narrativa, mas como projeto político-estético de enfrentamento ao racismo estrutural e ao patriarcado.

A partir dessa chave de leitura, observa-se que ela instaura um deslocamento importante na tradição literária ao reinscrever o corpo da mulher negra como sujeito da narrativa. O corpo deixa de ser objeto de controle, silêncio ou violência simbólica e passa a funcionar como espaço de memória, agência e enunciação. É nesse ponto que se estabelece o diálogo com a noção de escrita do corpo, conceito que, embora convergente em seus objetivos políticos, possui especificidades teóricas próprias.

A escrita do corpo, conforme elaborada por autoras como Moraga e Anzaldúa (2015), enfatiza a experiência corpórea como fonte legítima de conhecimento, especialmente nas intersecções entre raça, gênero, sexualidade e colonialidade. Diferentemente da Escrivência, que se ancora mais diretamente na relação entre memória, autoria e experiência social, a escrita do corpo concentra-se na materialidade do corpo como arquivo vivo, onde se inscrevem marcas históricas de violência, resistência e pertencimento. O corpo, nesse contexto, é compreendido como texto que narra aquilo que a história oficial tentou apagar.

No campo das literaturas decoloniais, ambas as estéticas operam como estratégias de ruptura com as epistemologias eurocêntricas que sustentaram, por séculos, a exclusão de sujeitos colonizados dos espaços de produção simbólica. Conforme aponta Young (2004), a descolo-

nização não se limita à esfera política, mas implica a reinterpretação das narrativas que estruturam o imaginário cultural. A Escrivência e a escrita do corpo, ao privilegiarem vozes subalternizadas, contribuem para esse processo ao deslocar os centros de autoridade literária e redefinir os critérios de autoria e legitimidade.

Além disso, essas práticas estéticas evidenciam a centralidade do contexto histórico e cultural na construção das narrativas. Vasconcellos (2019) destaca que a literatura decolonial atua na desconstrução das narrativas hegemônicas ao permitir que os sujeitos escrevam a partir de suas próprias referências simbólicas, culturais e corporais. Nesse sentido, escrever o corpo e escrever a vivência constituem gestos de reinscrição identitária que desafiam as normativas impostas pelo colonialismo cultural.

A crítica decolonial, conforme Walsh (2013), enfatiza a interculturalidade crítica como prática de resistência às hierarquias epistêmicas. Sob essa perspectiva, a Escrivência e a escrita do corpo não apenas ampliam o repertório estético da literatura contemporânea, mas também instauram novas formas de pensar a identidade, a memória e a experiência. Ao questionarem as noções tradicionais de autoria e autoridade, essas estéticas emergentes contribuem para uma visão mais plural e inclusiva do campo literário.

Por fim, ao considerar literaturas produzidas no contexto da diáspora africana, Vieira (2021) observa que a valorização da experiência vivida e do conhecimento corporal funciona como estratégia de enfrentamento às narrativas eurocêtricas. Assim, a Escrivência e a escrita do corpo constituem ferramentas fundamentais para a leitura de obras como “Mutola, a ungida”, cuja narrativa se constrói a partir da insubmissão do corpo feminino negro frente às imposições coloniais e patriarcais.

5. *Mutola: a mulher contra o pensamento colonial*

No conto de Paulina Chiziane constrói uma narrativa alegórica que articula tradição oral africana e crítica social para problematizar os mecanismos de subalternização da mulher negra em contextos marcados pela colonialidade e pelo patriarcado. O texto se inicia com a fábula da águia criada como galinha, imagem que estrutura simbolicamente toda a narrativa. Ao apresentar a águia confinada ao galinheiro, a nar-

radora sugere que, apesar da domesticação imposta, sua essência permanece intacta, pois a águia, mesmo aprisionada, “nunca deixará de ser águia”. Essa alegoria antecipa o percurso de Mutola e instaura uma leitura que dialoga diretamente com a crítica decolonial.

À luz de Mignolo (2008), a alegoria da águia evidencia o funcionamento da colonialidade do ser, que busca impor formas legítimas de existência e naturalizar a inferiorização dos sujeitos colonizados. Assim como a águia não se converte em galinha, Mutola não se reduz às expectativas sociais impostas ao corpo feminino negro. A narrativa sugere que a subalternização não apaga a potência do sujeito, apenas tenta contê-la por meio de dispositivos simbólicos de controle.

Esse processo de domesticação aparece na caracterização inicial da protagonista. Mutola cresce “obediente, inteligente, submissa, como se querem as meninas bonitas” (Chiziane, 2016, p. 62). A associação entre beleza e submissão revela a construção social da feminilidade como passividade, especialmente quando atravessada pela raça. Conforme argumenta Collins (2019), mulheres negras são historicamente posicionadas como corpos disciplináveis, destinados ao serviço e à obediência, raramente reconhecidos como sujeitos de autonomia e desejo. O conto evidencia essa lógica ao apresentar um destino previamente traçado para ela.

A ruptura narrativa ocorre quando a personagem manifesta o desejo de jogar futebol, espaço simbolicamente associado à virilidade e ao domínio masculino. Esse gesto simples, mas profundamente subversivo, inaugura um movimento de resistência prática. A reação da comunidade evidencia o controle exercido sobre o corpo feminino: “Vais ficar com os músculos rijos. Tens que te resguardar. Aguardar” (Chiziane, 2016, p. 64). O discurso moralizador associa o corpo da mulher à fragilidade e à espera, interditando o movimento e a ação. Nesse ponto, o conto encena aquilo que Conceição Evaristo compreende como feminismo negro enquanto prática: uma resistência que nasce da experiência cotidiana, e não da formulação teórica abstrata.

O corpo de Mutola torna-se, então, o principal campo de disputa narrativa. Ao entrar em campo e marcar o gol decisivo, a personagem rompe simbolicamente com a hierarquia de gênero. A reação masculina explicita a violência simbólica do patriarcado: “Os homens é que devem superar as mulheres e não o contrário. Mas ela dá na bola com classe! Pena é ser mulher!” (Chiziane, 2016, p. 66). O elogio imedia-

tamente anulado pela condição feminina revela o funcionamento do sistema patriarcal, que invalida conquistas femininas ao reduzi-las à exceção.

Nesse contexto, o silêncio de Mutola assume centralidade estética e política. A personagem fala pouco ao longo do conto, mas age de forma decisiva. Seu silêncio não representa ausência de voz, mas deslocamento da enunciação para o corpo. Em diálogo com o conceito de lugar de fala pode-se afirmar que a personagem do conto ocupa seu lugar não pela verbalização constante, mas pela ação que confronta a ordem simbólica. O corpo, nesse sentido, torna-se linguagem e enunciação.

Essa centralidade do corpo aproxima o conto daquilo que Moraga e Anzaldúa (2015) denominam escrita do corpo: uma forma de narrativa em que o corpo carrega memórias, inscrições históricas e políticas. Em “Mutola, a ungida”, o corpo feminino negro deixa de ser objeto de controle para tornar-se instrumento de resistência, reinscrevendo novas possibilidades de existência.

As tentativas de interdição da trajetória de Mutola não partem apenas dos homens. A narradora observa que “as mulheres, em clubes de croché e tardes de chá, revolviam memórias antigas” (Chiziane, 2016, p. 67), evidenciando que a reprodução das normas patriarcais ocorre também no interior do próprio grupo feminino. Esse aspecto dialoga com a crítica decolonial ao revelar que a dominação se sustenta não apenas pela coerção externa, mas pela internalização de valores coloniais que regulam corpos e comportamentos.

Ao final do conto, Mutola assume dimensão alegórica ampliada. A afirmação de que “na vitória da mulher reside, por vezes, a desonra dos homens” (Chiziane, 2016, p. 68) sintetiza a inversão simbólica operada pela narrativa. Ela torna-se “monumento” e metáfora de liberdade, associada novamente à águia que retoma o voo. Sua trajetória ultrapassa o plano individual e passa a representar a possibilidade de ruptura coletiva com os estereótipos impostos às mulheres negras.

Dessa forma, o conto não apenas tematiza a resistência da mulher negra, mas a performa literariamente. Ao articular alegoria, corpo e silêncio, Paulina Chiziane constrói uma narrativa que encena, no plano estético, os pressupostos do feminismo negro e da crítica decolonial, transformando a literatura em espaço de afirmação simbólica, política e epistemológica do ser mulher negra.

6. Considerações finais

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que essas abordagens não apenas desafiam as estruturas tradicionais, mas também oferecem novas perspectivas que enriquecem a análise literária, permitindo um reconhecimento mais amplo das vozes e experiências marginalizadas. A integração das perspectivas feminista negra e decolonial na teoria literária é fundamental para dismantelar as narrativas hegemônicas que historicamente excluíram ou marginalizaram certas identidades e histórias. Isso não apenas amplia o escopo da crítica literária, mas também promove uma compreensão mais inclusiva e representativa da diversidade humana. As discussões sobre Escrivência e lugar de fala destacam a necessidade de valorizar as experiências vividas como fontes legítimas de conhecimento e expressão literária.

Além disso, as teorias desafiam as noções tradicionais de autoria e autenticidade, propondo uma abordagem que reconhece a pluralidade de vozes e experiências que compõem o tecido literário. Essa mudança de perspectiva é crucial para que a teoria literária evolua e se adapte às demandas contemporâneas de inclusão e diversidade.

E nessa perspectiva, encontra-se a aplicação dessas teorias na escrita de Chiziane, que, com a história de Mutola, uma mulher negra e subalternizada, concretizou a crítica a todas as formas anteriores de pensar o corpo e o ser da mulher negra. Ela é a própria teoria decolonial e feminista aplicada à realidade. Não descansou enquanto não conquistou seu lugar por direito. Seja no futebol ou no atletismo, a personagem rompeu com os estereótipos provindos da sociedade colonial europeia branca e instaurou a teoria-prática do feminismo negro, primeiro na sociedade moçambicana, depois, em todo o mundo.

Uma abordagem como essa realizada por Paulina permitiu que o exemplo da narrativa percorresse além-fronteiras e alcançasse os debates decoloniais. Por meio da contação de história da vida e das palavras utilizadas, outras realidades podem ser alcançadas e modificadas. Histórias semelhantes e ao mesmo tempo únicas que podem gerar frutos de contações de narrativas daqueles que outrora não tinham nem mesmo o lugar para expor sua voz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIZIANE, Paulina. Mutola, a ungida. In: _____. *As andorinhas*. 2. ed. Aão Paulo: Ática. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, Ieda; SILVA, Nágila Alves da; MENDES, Algemira de Macedo. Feminismo negro e o rompimento da história única: uma análise do conto “No seu pescoço”, de Chimamanda Ngozi Adichie. *A Cor das Letras*, v. 24, n. 1, [S.l.], 2024. DOI: 10.13102/cl.v24i1.9285. Disponível em: <https://ojs3.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/9285>. Acesso em: 21 set. 2024.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, C.L.; NUNES, I.R. (Org.). *Escrivivência*: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Cap. 2. p. 26-46. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/divulgacao/escrivencia-a-escrita-de-nos/>. Acesso em: 15 set. 2024.

JESUS, Jessica Oliveira de; CASSILHAS, Fabrício Henrique Meneghelli; SANTOS, Silvana Martins dos. Literatura negra, feminismo negro e tradução: uma entrevista com Conceição Evaristo. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 3, p. 190-7, [S.l.], 11 out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n357055>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3jXz5YRMWztnTZbcjM5t7sm/>. Acesso em: 15 set. 2024.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.

MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria. *This bridge called my back*: writings by radical women of color. New York: SUNY Press, 2015.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 395-418, São Carlos, dez. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/135055>. Acesso em: 15 set. 2024.

VASCONCELLOS, Fernanda N. *Decolonialidade e Literatura*: novas perspectivas críticas. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VIEIRA, Else R. P. *Literaturas da diáspora africana: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2021.

WALSH, Catherine E. *Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial*. São Paulo: Cortez, 2013.

YOUNG, Robert J. C. *Descolonização: uma introdução crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.